

FUTEBOL E O MUNDO DO TRABALHO: UMA RELAÇÃO DIALETICAMENTE ESTABELECIDADA

Gabriel Vielmo Gomes¹

Maristela da Silva Souza²

Resumo: Esse trabalho tem como objetivo é analisar a relação entre as mudanças no mundo do trabalho e o esporte. Como método científico, empregou-se o Materialismo Histórico-Dialético, numa perspectiva crítico dialética. Nesse sentido, foi focado em nossa análise as características dos trabalhadores desses dois âmbitos sociais, contextualizando-os historicamente na reprodução social. Diante disso, elaborou-se um paralelo para demonstrar os desdobramentos/mudanças promovidas no contexto do trabalho, tanto do meio esportivo como do meio laboral. Para isso, foi conversado com a cultura esportiva do futebol e os megaeventos esportivos como expressões dessa relação e foi compreendido que as relações estabelecidas nesses âmbitos fazem parte de um único processo de reorganização do capitalismo.

Palavras-chave: Futebol; Mundo do Trabalho; Sistema Produtivo.

Soccer and the world of work: a dialectically related

Abstract: Our objective is to analyze the relationship between changes in the world of labour and sport. As a scientific method, we employ Historical-Dialectic Materialism, in a critical dialectical perspective. In this sense, in our analysis, we focus on the characteristics of workers in these two social spheres, contextualizing them historically in social reproduction. Therefore, we draw up a parallel to demonstrate the developments / changes promoted in the context of labour, both in sports and in the labor environment. For this, we dialogue with the sports culture of football and sporting mega-events as expressions of this relationship and we understand that the relationships exist in areas that are part of a single process of reorganization of capitalism.

Keywords: Sport; World of Work; Productive System.

Fútbol y el mundo del trabajo: una relación establecida dialéticamente

Resumen: Nuestro objetivo es analizar la relación entre cambios en el mundo del trabajo y el deporte. Como método científico, empleamos el Materialismo Histórico-Dialéctico, en una perspectiva dialéctica crítica. En este sentido, nos enfocamos en nuestro análisis como características de los trabajadores en estos dos ámbitos sociales, contextualizándolos históricamente en la reproducción social. Por ello, elaboramos un

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Federal de Santa Maria, Bacharel em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (2017), Especialista em Educação Física Escolar pela Universidade Federal de Santa Maria (2019), Licenciado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (2020). gabrielvgef@gmail.com. Santa Maria, Brasil.

² Professora Dr^a do Departamento de Desportos Individuais da Universidade Federal de Santa Maria, Coordenadora da Linha de Estudos Epistemológicos e Didáticos em EF-LEEDEF, Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (1994), Mestre em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999) e Doutora em Ciência do Movimento Humano pela Universidade Federal de Santa Maria (2004). maristeladasilvasouza@yahoo.com.br. Santa Maria, Brasil.

paralelo para demostrar las novedades / cambios que se promueven en el contexto del trabajo, tanto en el ámbito deportivo como en el laboral. Para ello, dialogamos con la cultura deportiva del fútbol y los megaeventos deportivos como expresiones de esta relación y entendemos que las relaciones existen en áreas que forman parte de un proceso único de reorganización del capitalismo.

Palabras-clave: Deporte; Mundo del Trabajo; Sistema Productivo.

Introdução

Desde 2007, o mundo é assolado por mais uma crise cíclica inerente do sistema capitalista, a qual se originou em território americano e alastrou-se rapidamente por toda economia global. Segundo Harvey (2011), no início de 2009, o comércio global internacional despencou um terço em poucos meses gerando tensões em economias, essencialmente exportadoras, como a Alemanha e o Brasil.

No Brasil, principalmente a partir do ano de 2015, o diagnóstico governamental para a crise foi à implementação de medidas de austeridade, denominadas “Ajuste Fiscal”, sob a justificativa de equilibrar as contas públicas. Para isso, as despesas primárias correntes foram reduzidas e congeladas ao nível de 12% do PIB³ brasileiro, objetivando pagamento dos juros e serviços da dívida internacional (LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017).

Utilizando-se das proposições neoliberais de tal ajuste, o setor público foi considerado o responsável pela ineficiência econômica, necessitando, assim, enxugar e reestruturar suas atividades (Frigotto, 2007). Assim, o ajuste se materializou a partir de cortes sucessivos nas áreas sociais (Educação, Saúde, Transporte Público), além de operar mudanças nas relações trabalhistas (carga horária, terceirização, demissões em massa, perda de direitos) e implementar a contrarreforma da previdência social que resultaram na precarização das condições gerais dos trabalhadores (LEHER; VITTORIA; MOTTA, 2017).

O cenário esportivo, no mesmo período de crise cíclica, ganhou grande relevância no Brasil, em decorrência da realização dos Megaeventos esportivos⁴, movimentando, assim, grande volume de capital, majoritariamente proveniente do setor público, apontado como ineficiente. Os recursos foram utilizados para construção de obras de infraestrutura, estádios e arenas nas cidades-sedes⁵.

Nesse contexto contraditório, de congelamento dos recursos em áreas sociais e de extravagância dos cofres públicos na concretização dos megaeventos esportivos no Brasil, buscamos responder a seguinte

³ A sigla faz referência ao Produto Interno Bruto.

⁴ Os grandes eventos competitivos realizados no Brasil nas últimas décadas, entre eles estão os Jogos Pan-americanos em 2007, a Copa do Mundo de futebol em 2014, e os Jogos Olímpicos em 2016.

⁵ Segundo colunista Carlos Gois, o custo total atualizado empregado na Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016 foi um montante na ordem de 90 bilhões de reais (OGLOBO, 2021).

problemática: existe relação entre as mudanças promovidas no mundo do trabalho e no esporte? Para tanto, este estudo tem por objetivo, o enfoque nas alterações nas características dos trabalhadores desses dois âmbitos sociais (mundo do trabalho e o esporte, com enfoque especial no futebol), para fins de relacioná-las, dentro de suas especificidades, ao longo da história da reprodução social.

Metodologia

O trabalho, produzido sob a óptica do método “Materialismo Histórico-Dialético”. Enquanto método de produção de conhecimento, Frigotto (2010) aponta que a dialética é uma característica da realidade e não do pensamento, logo, para esse método, o ponto de partida são os próprios fatos empíricos, as impressões fenomênicas que nos são fornecidas pela realidade. A ascensão reflexiva, até a essência desses fenômenos, possibilita a compreensão das suas leis fundamentais, caracterizando o segundo momento da produção do saber (FRIGOTTO, 2010). Por fim, o ponto de chegada não é mais o fenômeno empírico inicial e, sim, o fenômeno dotado de múltiplas leis e relações, demandando um esforço/trabalho de apropriação, organização e exposição dos fatos. Em outras palavras, o método faz o movimento do concreto, passando pelo abstrato, voltando ao concreto pensado, sendo esse já munido de ricas determinações e interações (MARX, 2008).

Utilizando-se do método apresentado, foi trabalhado em consonância com Kenzer (1998), que aponta à necessidade do emprego de categorias metodológicas (historicidade, contradição, mediação e totalidade) para a apreensão e análise dos fenômenos reais. Assim, o este estudo se caracteriza por ser uma revisão bibliográfica, onde são utilizadas diversas fontes científicas como, por exemplo, livros, artigos científicos, jornais, entre outros (MARCONI; LAKATOS, 2019). Como técnica de pesquisa, utilizou-se a pesquisa bibliográfica em livros e publicações científicas em periódicos (MARCONI; LAKATOS, 2019), levando em conta os assuntos abordados em tais publicações, restringindo a inclusão aos temas do mundo do trabalho e do cenário esportivo.

Esporte: Aproximações históricas

Nas sociedades primitivas, os jogos eram parte orgânica da estrutura social, relacionavam-se com datas específicas (colheita, rituais religiosos, datas festivas) incorporando valores e sentidos verdadeiros a população, que fazia uso desse fenômeno (MANDELL, 2006). Para Neto, Furtado e Oliveira (2017), o esporte é uma prática que une características motoras e fisiológicas, ao mesmo tempo, que está incluída no sistema de relações sociais, portanto, essa atividade humana possui uma natureza complexa.

O esporte, ainda no século XVIII, na Inglaterra, passa por um processo de modificação, institucionalização, mercantilização e espetacularização de suas práticas, atendendo, assim, aos interesses burgueses, que o configura como mercado de consumo. Ratificando, Bracht (2005) afirma que o esporte moderno é resultado da esportivização de elementos da cultura corporal, de movimentos das classes populares e da nobreza inglesa, dentro os exemplos se encontrariam os jogos com bola. Já Souza (2009, p. 23), afirma que “as práticas corporais foram resinificadas em meio à crescente racionalização e orientação para o rendimento e a competição que se desenvolvem nas práticas sociais modernas”. Nesse movimento, observou-se no esporte, um instrumento para expandir novas características aos indivíduos, promovendo à secularização, a meritocracia, a especialização de papéis, a organização, a quantificação e o respeito às regras (BRACHT, 2002).

Para isso, o Estado⁶ obteve papel crucial nesse movimento, intervindo e direcionando os rumos esportivos dentro de diferentes países. No Brasil, o marco deu-se pela criação da Confederação Nacional de Desportos (CND), em 1941, por decreto-lei no Ministério da Educação e Saúde (COSTA, 2008).

O Futebol se constituiu de forma muito parecida ao do esporte como um todo. Praticado dentro das escolas inglesas no século XIX, normatizou-se (foram criadas regras) para que sua prática pudesse ser realizada de forma única, incorporando na educação dos jovens da elite valores típicos do “novo” homem burguês como a disciplina, a obediência e a competitividade (SANTOS; HELA, 2019). No Brasil, o futebol chegou a meados dos anos 1870 e o surgimento dos primeiros clubes ocorreu por obra dos trabalhadores ingleses das companhias de gás, ferrovias e bancos ingleses que trabalhavam no país (Betti, 2004). O primeiro jogo oficial realizado no Brasil foi no ano de 1901, em Niterói (NETO, 2002). Sua institucionalização aconteceu mais tarde, com criação de entidades que passaram a reger a realização de grandes torneios (BETTI, 2004).

O esporte como um todo, mas o futebol em especial, ganhou destaque no contexto brasileiro, tornando-se uma paixão dos trabalhadores (BRASIL, 2015). Seu desenvolvimento conseguiu chegar a patamares gigantescos, algo irreal para outra modalidade esportiva na atualidade. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF), entidade máxima dentro do meio futebolístico brasileiro, arrecadou um valor bruto, em 2016, de quase 600 milhões (CBF, 2017). Tal importância dessa entidade, como também do futebol em si, dentro do cotidiano da população, mostra o “poder” que detém. Isso nos põe atentos às interferências que possa sofrer com objetivos de adequação à lógica macrossocial. Nesse sentido, Bracht (2005) relata que nos últimos 30 anos o esporte vêm sofrendo o

⁶ Nesse momento, fizemos uso do termo, no sentido de caracterizar a figura administrativa do poder, ou seja, um instrumento que visa garantir as condições de produção, bem como opera ideologicamente no seio social, utilizando-se do esporte como meio cultural, para obtenção da hegemonia burguesa.

processo de mercadorização no âmbito do alto rendimento/espetáculo, bem como no âmbito das atividades físico-esportivas de lazer.

No contexto brasileiro, a vinda dos megaeventos esportivos reafirma tal análise. Tendo em vista que se banaliza o consumo de produtos voltados ao lazer (pacotes de viagens, ingressos), além de ofertar a exploração por parte do aparato midiático da comercialização dos eventos em si (transmissões, patrocínios, marketing). Ao mesmo tempo, os megaeventos como expressão máxima do sistema esportivo, também consegue movimentar grandes cifras de capital, no sentido de realizar sua rentabilização/expansão. Apesar da atual constituição de enorme indústria esportiva, envolvendo inúmeros setores da cadeia produtiva, em torno da cultura/reprodução esportiva, a profissionalização dos trabalhadores dessa área (esportiva) foi acontecer recentemente, se comparado ao mercado de trabalho formal.

Na especificidade do futebol, data de 1930 a primeira Copa do Mundo realizada ainda de forma semiamadora. Foi através do surgimento das entidades, acompanhada pelo crescimento das ligas e campeonatos que ganhavam notoriedade no contexto social, que o impulso à profissionalização dos trabalhadores desse âmbito pode se materializar. No Brasil, esse processo iniciou-se pelo estatuto do profissionalismo, executado nos anos 40, e, posteriormente, atualizado com a Lei 6.354 de 1976, que trata especificamente sobre as relações de trabalho dos atletas e técnicos profissionais de futebol (BENITES; BARBIERI; NETO, 2007).

Atualmente, a relação profissional do ambiente esportivo, ou seja, a ligação entre o ente empregador (clube) e o empregado (jogador) conta com um manancial de regulamentações para balizar as relações de trabalho. Segundo Rocha (2017), na esfera desportiva as legislações específicas, por exemplo, a Lei Pelé que institui as normas gerais sobre o desporto no Brasil, regem a associação dos entes jurídicos e os profissionais do esporte, ao mesmo tempo em que a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) serve como normas subsidiárias nas questões compatíveis com o mercado de trabalho em geral. Portanto, atualmente, o esporte se configura como um dos inúmeros setores do mercado de trabalho do sistema do capital, possibilitando a exploração da prática/performance desportiva dos trabalhadores que se dedicam a esse ofício esportivo/cultural.

Mundo do trabalho no contexto da produção capitalista: aproximações básicas

O mundo do trabalho, em uma sociedade capitalista, fragmenta-se em dois polos: os capitalistas, donos dos meios de produção, que os utilizam para o acúmulo de capital, e os trabalhadores, que, para suprir suas necessidades básicas, vendem sua força de trabalho em troca de um valor acordado pelo trabalho prestado (LESSA; TONET, 2008). Essa relação básica entre capitalistas e trabalhadores é a engrenagem central do modo de produção capitalista.

No desenvolvimento histórico, o sistema de produção se organizou em diferentes formas visando readequar o modo produzir na indústria capitalista. O sistema Taylorista, criado no fim do século XIX, compreendia a singularização do trabalho, via treinamentos nas fábricas, visando à otimização do tempo e o aumento do rendimento produtivo (CERRADA, 2019). Esse trabalhador, inserido no ambiente industrial não precisava deter altos níveis de conhecimentos, apenas as habilidades em um nível em que permitissem que este desempenhasse a função a ele atribuída (PINTO, 2007).

O Taylorismo também partia da premissa de que o “pensar” do sistema de produção cabia à “administração científica”. Nesse viés, Antunes; Pinto (2017) remetem a uma imposição da divisão do trabalho: que separa, entre agentes distintos, as atividades predominantemente manuais e intelectuais. Nesses termos, propiciava-se a fragmentação entre os próprios assalariados (operários e gerência), mascarando também a tensão da relação entre patrão e empregados, pois agora cabia à gerência criar mecanismos para a melhora dos rendimentos da produção em prol do capital. Portanto, cabia à gerência planejar o trabalho a ser realizado pelos operários.

Enquanto Taylor se preocupou com a linha de produção dentro da fábrica, Ford avançou em seu pensamento e, no início do século XX, colocou em prática o modelo Fordista, intervindo na produção (em massa), no consumo (larga escala) e na circulação dos produtos dentro do mercado (ANTUNES; PINTO, 2017). Ford supera Taylor ao pensar que melhorando a qualidade de vida dos trabalhadores, esses seriam mais produtivos no trabalho. Aumentos salariais e diminuição da carga horária são exemplos de como Ford interviu no meio social, visando o aumento do consumo e, conseqüentemente, demandaria a produção de mais mercadorias.

Os trabalhadores também foram obrigados a se adequar ao novo estilo de produção: “buscou-se estrangular ao máximo os poros da jornada de trabalho, de modo que todas as ações realizadas pelos trabalhadores estivessem, a cada instante, agregando valor aos produtos” (PINTO, 2007, p. 45). Dentro das fábricas, foram introduzidos mecanismos automáticos (esteiras), os quais ditariam o ritmo de produção. Portanto, em ambas as modelos, o trabalho e sua organização visava tornar os trabalhadores “apêndices das máquinas” com movimentos mecânicos, além de prezar pela otimização máxima do tempo/esforço (PINTO, 2007).

A crise do padrão de acumulação Taylorista/Fordista, que aflorou no fim dos anos 60 e início de 70, fez com que fosse implementado um vastíssimo processo de reestruturação, visando à recuperação do ciclo de produtividade. Várias transformações foram feitas, por exemplo, a constituição de formas de acumulação flexível e das formas de gestão organizacional (PINTO, 2007). Contudo, Rodríguez e Castro (2019) apontam que a flexibilidade na era pós-fordistas (Toyotista), implica na

reformulação da divisão temporal de trabalho e não trabalho, permitindo assim, que todos os momentos possam potencialmente produtivos.

O Toyotismo reformulou de modo drástico a maneira de se pensar o “produzir”, aplicando a flexibilidade nas indústrias, desde a terceirização até a polivalência dos trabalhadores, contrapondo as funções antes empregadas. Esse novo paradigma exigiu maior capacitação/polivalência no manuseio das novas tecnologias e funções operacionais (execução, controle de qualidade, manutenção, limpeza), como também a redução de trabalhadores inseridos nas indústrias (PINTO, 2007).

O Estado atua ativamente nesse movimento, através das políticas neoliberais necessárias à reestruturação produtiva e nova sociedade versátil, que, por essência, flexibiliza os direitos trabalhistas, as relações de trabalho e as cargas horárias para dar resposta à crise iniciada nos anos 60/70 e seus respectivos desdobramentos contemporâneos⁷. Nesse contexto, Druck (2011) afirma que esse modelo de reestruturação incentiva a permanente inovação tecnológica, bem como dos novos produtos financeiros e, atinge a força de trabalho de forma impiedosa, substituindo os antigos trabalhadores rígidos, por outros “modernos”, isso é, flexíveis.

Todo esse cenário histórico apresenta, objetivamente, o modelo operacional capitalista, que acirra a precarização das condições sociais do trabalho e rebaixa as condições de vida dos trabalhadores, para manter a lucratividade do processo de acumulação.

A relação dialética estabelecida: do ambiente esportivo ao contexto do trabalho

A proposição de discutir as transformações que ocorreram no esporte (em especial o futebol) e no mundo do trabalho origina-se da semelhança das mutações entre essas duas categorias, que estão em movimento no âmbito do capital. Enquanto, a profissionalização do campo esportivo aproximou as relações de trabalho aos marcos legais firmados no mundo do trabalho geral, também delegou, as mesmas mudanças impostas pelo sistema produtivo nas relações e nas características do trabalho e, por conseguinte, no perfil de trabalhador.

Tendo como ponto de partida o contexto apontado, os âmbitos do mundo do trabalho e meio esportivo se entrelaçam, apresentando semelhanças, ora de modos mais explícitos, ora de modos mais implícitos, será organizado de maneira a elucidar tais similaridades, fazendo um paralelo das mudanças necessárias aos trabalhadores dos dois âmbitos.

⁷ No Brasil, por exemplo, a reforma trabalhista, que altera as condições de trabalho dos trabalhadores (Brasil, 2017a) e a lei da Terceirização que permite a terceirização nas atividades-fim em qualquer ramo da economia (Brasil, 2017b) são a materialidade do vasto reordenamento em curso.

Nessa perspectiva, a primeira semelhança dessas duas categorias se refere ao estranhamento/alienação do trabalho por parte das relações estabelecidas. Para Azevedo (2008), mesmos com as diferenças no processo produtivo, entre o ambiente laboral e o futebol, o modo de produção capitalista tem por característica isolar o produtor de seu produto, onde se observa uma transformação no trabalho e nas subjetividades desses sujeitos. Portanto:

O trabalho é transformado em força de trabalho e o seu produto em mercadoria, abstraindo a subjetividade humana desse produto. No futebol, o espetáculo (produto imaterial do trabalho) apresenta-se, portanto, como um objeto de consumo que é apropriado ou expropriado dos sujeitos que, de fato, o produzem: os jogadores (AZEVEDO, 2008, p. 308).

Contudo, o autor também salienta, que o trabalho gera formas distintas de produtos, a saber: material e imaterial, valendo o mesmo para o ambiente futebolístico. Para Azevedo (2008) o produto material produzido pelo trabalho poderia inúmeros objetos (cadeiras, mesas, latas de graxas, etc.) e na especificidade do futebol, os produtos materiais gerados pelos jogadores seriam os treinamentos físicos, as participações em jogos, onde o corpo físico é objeto/via de acesso à produção do movimento corporal e da técnica.

Essa produção material do jogador, também resulta nas produções imateriais, denominadas talento esportivo e espetáculo. O primeiro se refere à questão individual do jogador (estilo, capacidade de criação e improviso, intelectualidade, etc.) e que agrega valor ao segundo, onde são combinadas as produções dos talentos individuais, resultando numa elaboração coletiva para o mercado (AZEVEDO, 2008).

Para tanto, o espetáculo esportivo ao ser convertido em mercadoria, recruta diversos profissionais especializados, dentre eles os atletas que vendem sua força de trabalho, aos interesses do grande capital, que expropriam os movimentos corporais/técnicas dos atletas, bem como das subjetividades dos mesmos – verifica-se o estranhamento do trabalho – em favor da produção do espetáculo, apropriado por agentes terceiros (produtores, vendedores e mídia) (AZEVEDO, 2008).

Nessa perspectiva, se averiguar a sinergia dos âmbitos materiais e imateriais na produção capitalista, onde ocorre uma soberania de uma sobre a outra, nunca uma negação total. No transcorrer histórico, constata-se importantes alterações no mundo do trabalho, o que efetivou a troca da predominância dos polos. No atual mundo esportivo, a recente valorização das novas subjetividades, a crescente visibilidade midiática e a produção do grande espetáculo, tem dado à produção imaterial a hegemonia, em decorrência dos vastos negócios que permeiam o mundo do futebol, mesmo que esse modelo, dialeticamente, também dependa do trabalho corporal do jogador (AZEVEDO, 2008).

No atual contexto esportivo, a expressão hegemônica tem se materializado a partir do gigantesco mercado que movimenta muito

dinheiro pelo mundo. Segundo Brasil (2015), o processo de mercantilização do futebol, em específico, ganhou proporção a partir de 1994, ano em que ocorre privatização do esporte, a partir da associação da modalidade a marcas mundiais (Coca-Cola, Visa, Adidas, Budweiser etc.). Nessa lógica, o futebol, bem como o esporte contemporâneo, se contrapõe a sua gênese, enquanto um bem cultural e social coletivo.

Além disso, o próprio esporte também vem sendo utilizado para propagandear um ideal econômico e político preconizado por parte do Estado. Para Bracht (2005), a função básica do Estado, nas sociedades capitalistas, é garantir a reprodução do capital, e o esporte será objeto de atenção do Estado em função de sua contribuição na promoção da reprodução da força de trabalho e no efeito atenuador das tensões sociais. Nessa perspectiva, no contexto brasileiro, o futebol em especial, é empregado politicamente como via de propagação/naturalização de valores, ao mesmo tempo em que opera como uma cortina de fumaça para a população.

Em relação ao mundo trabalho, o perfil do trabalhador sofre com alterações drásticas do sistema Taylorista/Fordista para o modelo Toyotista. No fim do século XIX e início do século XX, exigia-se do trabalhador alta especialização de função, sem retenção de conhecimento do processo, apenas o necessário para suas obrigações, bem como, a incorporação do ritmo de produção através das esteiras (fordismo) (ANTUNES, 2009).

Nas primeiras décadas do século XX, o futebol contava com um perfil de jogador especializado, com posições e funções específicas: o goleiro (defender a meta), zagueiros (defender), os meios campistas (armar) e os atacantes (atacar). Contudo, as diferentes regiões do campo, contavam com subdivisões (posições) que demandavam características especializadas por parte dos jogadores, assim, o centroavante teria como características a finalização de curta distância e o cabeceio, enquanto o ponta dominaria o chute de longa distância e a velocidade. Do mesmo modo que no ambiente fabril, o ritmo produtivo, que no caso do meio esportivo, se transforma nas percepções táticas, inicia o seu desenvolvimento dentro dos clubes de forma mais apurada, visando à otimização do desempenho esportivo.

Corroborando, Dutra, Brasil e Souza (2011) apontam a existência das funções/posições bem definidas na prática futebolística até a década de 60, onde os atletas eram extremamente habilidosos em suas características específicas, comparáveis aos operários fabris da época, eficazes e especializados.

Nota-se a existência de uma lógica, tanto no futebol como no mundo do trabalho, que necessitam de um indivíduo altamente especializado, que participa de uma particularidade. No futebol (setores do campo) e nos ambientes de trabalho (setores de montagem, setor de fabricação). Esses, por fim, fazem parte de um todo: o time ou a indústria.

Com a chegada da segunda metade do século XX, o modelo Taylorista/Fordista começa a apresentar desgaste nas suas relações de

mercado, antes pautada pela inesgotável demanda mundial e, que com a instalação de uma crise do modelo, no findar dos anos 60, passa a ser regido pela vasta oferta de produtos, em decorrência de a capacidade produtiva ser superior à demanda mundial (ROCHA, 2003).

Nessa perspectiva, as forças capitalistas atuaram no cenário global, com o objetivo de reorganizar a lógica produtiva do sistema capitalista, demandando novos desafios para o mundo do trabalho, bem como ao cenário esportivo. O receituário Toyotista ganha espaço no cenário global, requerendo um novo indivíduo, que passa a ser polivalente em suas funções, e flexível em seus vínculos/regulamentações.

No futebol, esse conceito de polivalência apareceu para o mundo a partir da década de 1970. Um dos maiores exemplos foi o famoso Carrossel Holandês, de 1974⁸, em que os jogadores desempenham diversas funções em diferentes posições do campo ao longo da partida. Esse conceito tático obrigava os jogadores de linha a ajudarem no ataque e, ao mesmo tempo, sem a posse de bola auxiliar na defesa, quebrando o antigo sistema tático, em que cada setor do campo tinha jogadores predeterminados para desempenhar as funções da defesa e do ataque.

Nas palavras de Dutra, Brasil e Souza (2011, p. 266), a inovação holandesa apresentou “um novo modelo de se jogar, um modelo que exige a polivalência e flexibilidade dos jogadores de futebol, em que é exigido de todo o máximo conhecimento” sobre a totalidade da prática futebolística. Já Fogaça (2018 apud Fu, 2021), afirmam que ao não terem posição exata, os jogadores deveriam ter consciência tática (conhecimento) e saber desempenhar a tarefa/função a partir da situação colocada a esse sujeito.

Esse conceito de futebol apresenta a polivalência dentro de campo como característica marcante. O lateral atua como quarto atacante, um zagueiro ou volante aparece no ataque. Na hora de defender, os atacantes marcam os jogadores de defesa adversários, os meio-campistas (armadores) já marcam os volantes, e assim por diante, até a retomada da posse de bola, ou seja, um time no qual todos defendem e quase todos atacam. Nessa nova perspectiva da cultura esportiva, percebe-se uma exigência superior no trabalho em equipe, o culto a coletividade (DUTRA; BRASIL; SOUZA, 2011), contrapondo o modelo parcelar e altamente especializado e individualizado da era Taylorista/Fordista.

Contudo, a polivalência também se expressa em funções “extracampo”, em que os atletas cumprem agendas de patrocinadores (institucionais e pessoais), participação em desfiles, comerciais e programas com o objetivo de alavancar as vendas de produtos das diferentes marcas. Nesse sentido, o profissional moderno do futebol é o bom exemplo da expressão polivalente do mundo do trabalho.

No que se remete a flexibilização do trabalho, a informalidade e a terceirização são os modelos de vínculos empregatícios mais disseminados nas últimas décadas, pois a relação laboral é frágil, não

⁸ Seleção holandesa vice-campeã mundial na copa de 1974, que marcou a história do futebol por apresentar um padrão tático nunca visto anteriormente no mundo futebol.

garante a totalidade dos direitos trabalhistas e é marcada pela rotatividade nos postos de trabalho, baixa remuneração ou, ainda, o exercício laboral autônomo.

No futebol, essa realidade tem se apresentado em contratos intermitentes e na falta de pagamento das contribuições trabalhistas por parte dos clubes. No entendimento de Rodrigues (2003), a flexibilização do trabalho, oriunda da implementação da Lei Pelé (Lei n. 9.615 de 1998), ofertou, por um lado, a liberdade para assinatura de contratos com qualquer clube por parte dos jogadores, por outro lado, representava o fim da estabilidade no emprego, já que os vínculos (clube e atleta) podem ser encerrados ao final da duração do contrato⁹. Assim, o futebol passa acompanhar as relações de trabalho atuais, onde as mesmas se caracterizam pela periodicidade/rotatividade, perda da estabilidade e flerte com a realidade do desemprego. Em termos práticos, essa nova realidade “representa uma faceta do sistema de acumulação flexível no futebol, facilitando os contratos temporários e um rejuvenescimento da força de trabalho no futebol brasileiro” (RODRIGUES, 2003, p. 89).

Outra semelhança entre ambos os contextos é a presença da pirâmide estrutural dos postos do trabalho, que segue um padrão bem definido, em que os melhores empregos e salários são quantitativamente menos numerosos dos que remuneram menos e possuem menos direitos.

Segundo dados do Relatório DRT 2015, da CBF (2015), mais de 82% dos jogadores de futebol no país ganham salários de até mil reais, na outra ponta, os salários maiores de cinco mil reais restringe-se a 4% dos jogadores profissionais. No contexto do trabalhador brasileiro, o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), mensura números muito próximos aos dados do relatório mencionado acima. Trabalhadores brasileiros com rendimentos próximos aos mil reais constituem uma parcela de mais de 70%, em contrapartida, trabalhadores que alcançam rendimentos superiores a cinco mil reais compõe uma parcela minoritária de 3,1% no cenário brasileiro.

Ao deparar com essas realidades, foi concluído que elas estão alicerçadas num projeto de mercado e mercadorização da vida como um todo, que naturaliza a hierarquização social em que o auge é alcançável aos que se superaram aos que possuem altas habilidades e não comportam todos, mas sim os diferenciados. Nessa linha de pensamento, Dutra, Brasil e Souza (2011, p. 267-268) sintetizam que:

Percebemos o quanto os modelos de produção e seus métodos, inserem-se no sistema esportivo, no sentido de avançar, também neste âmbito, com a sua lógica de formação humana que é produzida no sentido de servir ao movimento do capital. Quando este muda as suas formas, para sair de suas crises e manter a relação de acumulação nas mãos de poucos, direciona a humanidade a seu serviço. Assim no mercado de trabalho, o

⁹ Segundo a Lei nº 9.615 de 1998 (Lei Pelé), a determinação legal em seu artigo 30 prevê que “O contrato de trabalho do atleta profissional terá prazo determinado, com vigência nunca inferior a três meses nem superior a cinco anos” (BRASIL, 1998).

sistema esportivo também adere a lógica de maneira hegemônica e se coloca à disposição de uma cultura esportiva que não prioriza o esporte como um bem cultural que pertence a todos, tudo em nome de um mundo do trabalho que privilegia os ditames do capital.

Os trabalhadores, ao aceitarem com naturalidade essa concepção social, reproduzem-na em todos os âmbitos da vida, inclusive no âmbito do trabalho e do esporte, que acaba acatando as condições submissas do mercado. Ao não conseguir terem uma consciência para romper com esta lógica perversa, que responsabiliza os trabalhadores, não se observa a possibilidade de buscar alternativas às atuais leis sociais, que estão sendo justamente conduzidas para a sua perpetuação.

Considerações Finais

A partir dessas análises, entende-se que as transformações no mundo do trabalho não ocorreram de forma ocasional, e sim foram frutos de uma necessidade de readequação do sistema produtivo como um todo, resultando, por consequência, em um novo trabalhador, que obrigado a responder a novos determinantes/funções na efetivação de seu labor, necessitou desenvolver novas características durante sua formação, independentemente da função que executará, seja ela no ambiente esportivo ou não.

Neste viés, percebe-se uma relação direta entre o mundo do trabalho e o esporte (futebol), visto que, com o passar do tempo, as alterações ocorridas em ambas às categorias foram no sentido de programar novos conceitos como, por exemplo, a flexibilização e a polivalência nesses contextos e no próprio perfil de trabalhador preconizado pelo mercado de trabalho ao longo da história.

Portanto, nota-se que essas importantes mudanças que aconteceram, tanto no futebol (esporte) quanto no mundo do trabalho, foram “desenhadas/trabalhadas” visando à perpetuação e reprodução das atuais/antigas relações (in)justas do trabalho capitalista. Por fim, a vinda dos grandes eventos esportivos, acentua e justifica a necessidade das modificações operadas pelo Estado, restando aos trabalhadores à materialidade da precarização das condições sociais (inclusive no trabalho), enquanto se propaga a manutenção das taxas de lucro dos setores burgueses.

Referências Bibliográficas

ANTUNES Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. *A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista*. São Paulo: Ed. Cortez, 2017.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2 ed. 10 reimp. Ver. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2009.

AZEVEDO, Aldo Antonio de. A imaterialidade do trabalho do jogador de futebol: uma interpretação teórica. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, jul/dez, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70311249018.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

BENITES, Larissa Cerignoni; BARBIERI, Fabio Augusto; NETO, Samuel de Souza. O futebol: questões e reflexões a respeito dessa "profissão". *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 10, n. 1, p. 51-67, 2007.

BETTI, Mauro. *Violência em campo: dinheiro, mídia e transgressão às regras do futebol espetáculo*. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

BRACHT, Valter. Esporte, história e cultura. In: PRONI, Marcelo; LUCENA, Ricardo. (Orgs.). *Esporte: história e sociedade*. Campinas: Autores Associados, 2002.

BRACHT, Valter. *Sociologia Crítica do Esporte: Uma introdução*. 3. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

BRASIL, Vinicius Moraes. *A copa do (a) capital*. (2010). 141p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. *Planalto*, 25 de março de 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm. Acesso em: 17 de dez. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 13 de Julho de 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 31 de março de 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. IBGE. *Censo demográfico 2010: Trabalho e rendimento*. 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/1075/cd_2010_trabalho_rendimento_amostra.pdf. Acesso em 24 junho 2017.

CERRADA, Elizabeth Avendaño. La Identidad Organizacional. Una mirada desde el Toyotismo. *Humania del Sur*. Año 14, n. 26. Enero-Junio, p. 109-123, 2019.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. *Raio-X do futebol: salário dos jogadores*. Assessoria CBF, 2016. Disponível em: <http://www.cbf.com.br/noticias/a-cbf/raio-x-do-futebol-salario-dos-jogadores#.WCOeydIrLIW>. Acesso em: 15 set. 2016.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. *Demonstrações Financeiras 2016*. Assessoria CBF, 2017. Disponível em: https://cdn.cbf.com.br/content/201704/20170420183312_0.pdf. Acesso em: 20 jul. 2017.

COSTA, Mauricio da Silva Drumond. *Nações em jogo: esporte e propaganda política em Vargas e Perón*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. *Caderno CRH*, Salvador v. 24, n. spe 01, p. 37 – 57, 2011.

DUTRA, Geovanna Caroline Zanini; BRASIL, Vinicius de Moraes; SOUZA, Maristela da Silva. A cultura esportiva do futebol: a relação estabelecida com a categoria. *Revista Didática Sistemica*, edição especial, p. 257–269, 2011. Disponível em: <https://seer.furg.br/redsis/article/view/1760/947>. Acesso em: 14 dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.14295/rds.v11i0.1760>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILLI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In. FAZENDA, Ivani. (Org.) *Metodologia da Pesquisa Educacional*. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FU, Ho Shin. O time de ouro húngaro e o carrossel holandês: uma análise dos sistemas táticos. *RBFF - Revista Brasileira De Futsal E Futebol*, v. 13, n. 53, p. 217-225, 2021. Disponível em: <http://www.rbff.com.br/index.php/rbff/article/view/1026>. Acesso em 14 dez. 2021.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LEHER, Roberto; VITTORIA, Paolo; MOTTA, Vânia. Educação e mercantilização em meio à tormenta político-econômica do Brasil. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 9, n. 1, p. 14-24, abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21792/14337>. Acesso em: 15 dez. 2021.

LESA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à filosofia de Marx*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MANDELL, Richard. *Historia cultural del deporte*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 8 ed. [3. reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2019.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular. 2010.

NETO, Gabriel Pereira Paes; FURTADO, Renan Santos; OLIVEIRA, Ney Cristina Monteiro de. Esporte, cultura corporal e hegemonia. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 8, n. 1, p. 227-236, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13430/14353>. Acesso em: 20 ago 2020.

NETO, José Moraes dos Santos. *Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil*. Campinas: Cosac e Naify, 2002.

OGLOBO. *Olimpíada e Copa no Brasil valeram a pena?* Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/olimpiada-copa-no-brasil-valeram-pena-25134455>. Acesso em: 13 dez. 2021.

PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ROCHA, Carlos Henrique Maurício da. Fordismo: desenvolvimento e crise. *Revista Múltipla*, Brasília, v. 9, n. 15, p. 111-126, dez. 2003. Disponível em: https://upis.br/biblioteca/pdf/revistas/revista_multipla/multipla15.pdf#page=111. Acesso em: 21 dez. 2021.

ROCHA, Geovane César Silveira. Contrato de jogador de futebol à luz do direito do trabalho. 74p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Direito) – Universidade de Brasília. Brasília, 2017.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. A sociologia do trabalho e a sociologia do futebol: uma análise da flexibilização das relações de trabalho no futebol brasileiro (2001-2003). *Sociedade e cultura*, v. 6, n. 1, p. 85-97, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70360109.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

RODRÍGUEZ, Daniela Palacio; CASTRO, Juan M. Amaya. Transporte, capital temporal y género. *Revista CS*, n. esp, p. 49-78, 2019.

SANTOS, Irlan Simões; HELAL, Ronaldo George. De espectador a militante: los hin-chas del fútbol y su lucha por el derecho al estadio y al club (Traductor Londoño-Matta, J.). *Trans-Pasando Fronteras*, Cali, n. 13, p. 218-242, 2019.

SOUZA, Maristela da Silva. *Esporte Escolar*: possibilidade superadora no plano da cultura corporal. São Paulo: Ícone Editora, 2009.

Recebido em 20 de agosto de 2020
Aprovado em 16 de dezembro de 2021